

**A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR:
COMPREENDENDO OS FENÔMENOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE
ESCOLARIZAÇÃO**

Valéria Garcia da Silva
Nilza Sanches Tessaro Leonardo

Introdução

O presente estudo constitui-se em uma pesquisa bibliográfica, em que buscamos compreender as condições da educação escolar na atualidade, tendo em vista as influências das contingências econômicas e sociais presentes na sociedade contemporânea que circundam o processo de escolarização em relação ao desenvolvimento humano e pela apropriação da cultura nesta sociedade permeada pela desigualdade. Este trabalho se fundamentou em autores marxistas, que tem suas bases epistemológicas no Materialismo Histórico-Dialético proposto por Karl Marx. Frigotto (2001) afirma que o Materialismo Histórico-Dialético propõe uma visão de mundo que busca compreender o todo da realidade concreta, investigando a origem dos fenômenos e não limitando às aparências. Para isso promove a união da teoria com a prática, a fim de realizar a superação de problemas e a elaboração de novos conhecimentos.

**A Educação Escolar na atualidade: compreendendo os fenômenos envolvidos neste
processo**

Podemos considerar que a importância dada à educação, sendo ela produto da sociedade e do momento histórico, permanece apenas no discurso e permeado de desigualdades, ou seja, as práticas continuam de acordo com a ideologia capitalista, promovendo e consolidando as disparidades no acesso aos direitos básicos do homem, como em um ensino de qualidade.

Neste sentido, para Rossler (2007), a educação, ao subordinar-se aos ditames do processo de produção capitalista, contribui para a adaptação passiva dos indivíduos moldando-os física e psicologicamente à lógica do mercado. Assim, a educação reproduz a alienação existente no mundo do trabalho, transformando as origens ontológicas do trabalho,

que se caracteriza como elemento fundamental da constituição humana, em uma estrutura que forma indivíduos flexíveis para se adaptarem a qualquer situação, como se fossem mercadoria.

A respeito da redução à condição de mercadoria de pessoas que têm apenas sua força de trabalho, Kuenzer (2006) colabora ao afirmar que o processo de redução da população a uma identidade meramente econômica é o que possibilita a inclusão no processo de trabalho de forma explorada. Tal processo ocorre por intervenção de ideologias que preconizam a flexibilização, juntamente com a contribuição de processos pedagógicos como o esvaziamento de conteúdos científicos dos currículos escolares, a formação precarizada dos profissionais de educação, políticas públicas que visam à formação de indivíduos passíveis de flexibilização e uma subjetividade que se ajuste à variabilidade de ocupações. Com tais características, a educação capitalista forma uma força de trabalho com mobilidade e plasticidade para ajustar-se permanentemente ao novo, que, no caso, corresponde ao trabalho precário, que exige pouca qualificação, sem benefícios e estabilidade, para o qual uma escolarização eficiente e crítica não convém.

Saviani (2005a) complementa afirmando que nesse contexto a escola passa a desempenhar o papel de adaptação e ajuste dos indivíduos à sociedade, ou seja, tendo como sua função a formação de indivíduos eficientes para o aumento da produtividade social, associado diretamente ao rendimento e capacidades de produção capitalistas. Assim, as diversas teorias e tendências pedagógicas reproduzem o modelo capitalista vigente, e a atual política educacional brasileira, como está organizada, proporciona um ensino público formador de mão-de-obra barata, com conhecimentos reduzidos, de modo que a população mais pobre continua marginalizada, acrítica e subserviente.

Assim podemos refletir que o conhecimento produzido na coletividade ao longo da história, na sociedade capitalista não tem sua distribuição de forma homogênea e está vinculado aos processos depredatórios das relações de mercado. Assim, Kuenzer (2006) afirma que os processos depredatórios da sociedade capitalista e, conseqüentemente, das relações sociais, caracterizam-se pelo fortalecimento crescente do setor privado, que cada vez

mais realiza funções do Estado, gerando o descomprometimento com o acesso eficiente ao conhecimento, o qual continua sendo transmitido superficialmente.

Com o auge do capitalismo o conhecimento passou a ser cada vez mais voltado à atividade a ser exercida pelo indivíduo. Assim, o trabalho é dividido entre quem tem que pensar e aqueles que irão apenas executar, o que acaba acarretando uma supervalorização do conhecimento imediatista e superficial em detrimento ao conhecimento científico, em especial para as classes populares.

Com isto, de acordo com Saviani (2005a), a educação, que deveria ser o instrumento para as escolhas do homem livre, democrático, cidadão e autônomo, acaba se tornando uma importante ferramenta de manipulação e de homogeneização do pensamento na sociedade capitalista. Segundo o mesmo autor, a educação como está organizada legitima as diferenças sociais e marginaliza, ao invés de proporcionar a luta contra a ideologia das classes dominantes, promovendo a ampliação da consciência dos indivíduos que por ela passam ao transmitir o conhecimento, que deve ser universal e possibilitado a todos.

Na realidade, os conteúdos e conhecimentos clássicos, que promovem o desenvolvimento psíquico e proporcionam ao indivíduo uma compreensão de mundo mais complexa, não são apropriados por todos. Verifica-se uma grande seletividade no sistema educacional desde sua origem, a qual obedece ao lugar que os homens ocupam na sociedade, o que nos permite entender as raízes dos complexos problemas escolares.

Neste sentido, Glória (2002) afirma que é necessário enfrentar a seletividade inerente à lógica estruturante do sistema escolar (os currículos, as séries, as grades, a organização do trabalho, dos tempos e espaços). Fundamentalmente, precisa-se chegar à matriz do fracasso/sucesso escolar. A preocupação explícita consiste em eliminar os mecanismos e procedimentos escolares que tradicionalmente produzem a exclusão das camadas mais populares. Acabar com a seletividade estruturante do sistema escolar é um caminho necessário à garantia da aprendizagem para todos. Não podemos nos enganar com soluções superficiais, que não englobam o contexto social e histórico onde os problemas educacionais foram gerados.

Com isto podemos observar que, para Saviani (2005b), o mundo do trabalho determina o currículo escolar e os pressupostos teóricos que se encontram subentendidos nesses. A respeito da influência do capitalismo sobre a educação, podemos perceber também que, ao longo da história, o sistema educacional esteve presente com o propósito de formar mão-de-obra de acordo com a classe à qual os indivíduos pertenciam, e assim a educação pública destina-se a atender às necessidades de trabalho.

Neste sentido foi com a consolidação do capitalismo como modo de produção que não apenas exigiu mudanças econômicas na produção material, mas também moldou, com o seu desenvolvimento, pessoas livres e o desejo de igualdade, características que não se encontravam nas relações servis no período feudal.

Com o capitalismo e a urgência de novas formas de distribuição da produção tornou-se necessária a existência de pessoas autônomas e capazes de estabelecer contratos e negociar no mercado, estando dispostas a desbravar “novos mundos”, e para isso não podiam ser pessoas presas às relações sociais como no período feudal. Desta forma por meio das transformações sociais surge o indivíduo livre (Mancebo, 2002).

Esse autor (2002) acrescenta que o embasamento teórico presente nesse período de formação do indivíduo autônomo e racional é o liberalismo dos séculos XVII e XVIII, portando como fundamentos básicos: a liberdade em relação ao coletivo no qual vive, com o direito de escolha e de livre ação e participação; igualdade de direitos públicos, reconhecidos pelos demais e sem possibilidade de expropriação; consciência própria com base no racionalismo antropocêntrico, onde o homem tem relação direta com a sociedade e a natureza sem a mediação do divino.

Segundo Mancebo (2002), o princípio básico dessas orientações é o mercado, que adquiriu potência sem precedentes, extravasou do âmbito econômico e passou a direcionar o próprio Estado e a sociedade. Sob esse ideário, as relações de mercado competitivas e livres constituem-se num princípio fundamental e capaz de comandar a intervenção estatal, colocando o governo e os indivíduos à mercê das necessidades das transações internacionais.

Neste sentido, Mancebo (2002) afirma que os pressupostos liberais de liberdade encontram-se profundamente exacerbados no ideário neoliberal, a partir de suas teses em

defesa de um Estado mínimo, que permite aos indivíduos uma conduta plenamente livre; porém o mesmo não se pode dizer do princípio da igualdade. Na verdade, a desigualdade dos homens é um pressuposto fundamental dessa concepção, constitui uma necessidade social, já que, na concepção neoliberal, a desigualdade permite o equilíbrio, o qual, por meio da competição promove o desenvolvimento. Nesta sociedade assiste-se a uma ênfase da liberdade individual, tomada de forma abstrata, desconsiderando as condições concretas que os homens apresentam, com os decorrentes descasos dos direitos próprios à cidadania social.

Assim, as disparidades que se originaram das transformações econômicas ocorridas no século XVIII e se estendem até aos dias atuais, com outras inovações, mas com os mesmos princípios de competição, livre-concorrência e ampliação das desigualdades.

Pela lógica de mercado de uma sociedade capitalista, em que os meios de produção são propriedade privada, inclusive o conhecimento, como consequência temos uma educação mercantilizada e excludente. Dentro dessa lógica o processo conhecido como globalização se destaca por sua influência sobre a formação dos indivíduos e em relação à realidade social. Sobre este aspecto, Santos (2001) chama a atenção para o fato de que a globalização não é um processo novo e de que Marx já fazia referência às formas de expansão do capitalismo ao mercado mundial e às transformações da grande indústria e dos monopólios, já que o modo de produção capitalista necessita cada vez mais de dimensões mundiais para viabilizar sua produção. Desta forma, a tendência do sistema capitalista à expansão contínua das forças produtivas é algo inato a sua constituição. O fragmento a seguir elucida como funciona a ideologia neoliberal, ao priorizar as leis de mercado, e não as populações. Pela compreensão marxista de sociedade podemos entender as relações econômicas na contemporaneidade de forma menos ingênua e com as contradições inerentes ao capitalismo,

Mas é a concepção marxista sobre o papel fundamental da miséria e da servidão na sobrevivência do sistema capitalista, que constitui a ideia central da dialética exclusão/inclusão, a ideia de que a sociedade inclui o trabalhador alienando-o de seu esforço vital. Nessa concepção a exclusão perde a ingenuidade e se insere nas estratégias históricas de manutenção da ordem social, isto é no movimento de reconstituição sem cessar de formas de desigualdade, como o processo de mercantilização das coisas e dos

homens e o de concentração de riquezas, os quais se expressam nas mais diversas formas: segregação, guerras, miséria e violência legitimada. Só essa ideia pode explicar porque um governo prioriza a saúde de bancos em detrimento à saúde da população (Sawaia, 2006, p.108).

Globalização, portanto, significa a exclusão das classes subalternas dos modos de produção e da riqueza social e o distanciamento dos centros de decisão política. Implica também a deterioração das condições básicas de vida em termos de alimentação, saúde, habitação, saneamento e educação. Além disso, tem aumentado a exploração da força de trabalho e destruído os sistemas e organizações que não se adaptem aos ditames do sistema neoliberal (Santos, 2001). Segundo esse autor,

No seio da sociedade global, dominada pelo capitalismo, reproduzem-se constantemente as contradições de classe, os antagonismos, as hierarquias e as diversidades sociais. De fato, o desenvolvimento do capitalismo pode ser caracterizado como desigual, combinado e contraditório. A globalização não é equilibrada nem harmônica e, ao invés de atenuar as disparidades de renda, amplifica-as. Ela privilegia os interesses específicos da classe social dominante e dos países hegemônicos, em detrimento dos mais desfavorecidos, acentuando assim os já graves problemas estruturais e conjunturais do mundo atual (Santos, 2001, p.184).

A respeito da globalização Guareschi (2006) afirma que há um profundo cinismo em proclamar a liberdade das pessoas e não lhes fornecer nenhuma possibilidade de exercê-la. Ao privar as populações dominadas de todos os meios de produzir e garantir sua subsistência, torna-se apenas uma liberdade de direito em nada concreta, pois não atinge as condições objetivas de vida das pessoas, permanecendo no discurso.

Sobre a competitividade e o individualismo ocasionados pelos ditames do capitalismo neoliberal na atualidade, Guareschi (2006) elucida que exigir competição entre desiguais é

ganhar previamente. Desta forma essa competição pautada na desigualdade exclui de antemão os mais fracos e mantém a soberania dos mais fortes. No processo de exclusão é necessário encontrar uma vítima expiatória sobre quem descarregar a marginalização, e essa vítima acaba sendo o próprio excluído. Assim, a culpa é retirada do sistema excludente, da ideologia liberal, que não abre espaço para o pensamento social e humanitário.

Em se tratando do individualismo exacerbado provocado pelo capital e suas consequências nas relações interpessoais, o excerto a seguir demonstra de forma clara o processo de supervalorização do individualismo sendo fomentado pelas ideologias neoliberais. (...) ao mesmo tempo em que o neoliberalismo acirra o individualismo, privatiza tanto o êxito quanto o fracasso social, que resultam dependentes das ações e opções individuais (Martins, 2009, p.139).

Por isso dentro deste sistema o ser humano tem suas características individuais exacerbadas, de modo que alguém é um, não tendo nada a ver com os demais e com o todo social. Assim o ser humano, compreendido como isolado das relações, assume a responsabilidade pelo seu êxito ou pelo seu fracasso. Nesta dinâmica, valoriza-se o vencedor e culpabiliza-se o vencido, o excluído (Guareschi, 2006).

O homem e seu processo de escolarização envolto pelas políticas neoliberais

Ao discutirmos o individualismo e o capitalismo influenciando na educação na atualidade temos o que diz Mancebo (2002) sobre as características do Estado neoliberal, Segundo esse autor, quando se trata de analisar as transformações culturais e ideológicas, logicamente esse ideário econômico precisa de um “novo homem”, ou seja, de indivíduos que internalizem o dinamismo das relações mercantis, reconhecendo nas leis do mercado o âmbito em que, naturalmente, podem e devem desenvolver-se como indivíduos. A lógica neoliberal apresenta-se, então, como a função estruturadora das relações econômicas, sociais e políticas, impondo um perfil de homem marcadamente utilitarista. Segundo essa lógica, os comportamentos devem se pautar pela flexibilidade e individualismo.

A respeito das desigualdades entre os homens, o resultado é o que Meira (2007) afirma que a humanidade já produziu possibilidades e instrumentos importantes para o

desenvolvimento e sobrevivência com qualidade de todos os homens, contudo não são todos que têm acesso a essas produções, devido ao lugar que ocupam na sociedade. Um número grande de pessoas permanece à margem das aquisições, o que ocasiona as desigualdades no desenvolvimento psíquico e social destes indivíduos, que são expropriados do direito às produções mais elaboradas da sociedade.

A referida autora complementa afirmando que a condição para a efetivação do desenvolvimento em cada homem é a apropriação da cultura humana, o que leva à necessidade de se reconhecer a importância da concretização e do direito de todos os cidadãos a uma educação de qualidade. Aponta ainda que o processo de apropriação ocorre nas relações sociais entre os sujeitos, as quais são estabelecidas pelo modo de produção. Estas considerações feitas pela autora nos levam a defender que são as condições históricas concretas e o modo como as sociedades organizam a produção que devem ser considerados ao analisarmos a aquisição cultural e o desenvolvimento psíquico de cada indivíduo.

Neste sentido, não é somente a aquisição dos bens culturais e materiais que deve ser compreendida no processo de análise do desenvolvimento humano, mas também o modo como as aquisições são acumuladas ao longo da história.

É nas relações estabelecidas pelos homens entre si que se encontram os processos de transmissão dos conhecimentos históricos, o que significa que a apropriação e a objetivação são processos educativos. No caso da escolarização, a apropriação caracteriza-se como um processo educativo direto e intencional por meio do qual se torna possível o indivíduo apossar-se dos conhecimentos científicos produzidos historicamente (Duarte 2004).

Rosler (2007) colabora com a reflexão ao afirmar que o processo intencional de transmissão do conhecimento tem ocorrido ao longo da história e segue as relações sociais estabelecidas, relações que são de dominação de uma classe sobre outra. Desta forma aumenta a discrepância entre o máximo que a sociedade já produziu em termos de cultura, bens de consumo, tecnologia, etc. em relação ao desenvolvimento do indivíduo em particular. Devido a essa desigualdade surgem verdadeiros bolsões de miséria, pessoas que não têm nada além da força de trabalho para oferecer por um salário que muitas vezes não supre nem suas necessidades básicas, enquanto uma minoria usufrui o melhor que a humanidade produz.

Tal desigualdade teve início com o surgimento da propriedade privada, quando os donos das terras puderam viver do trabalho de outros; posteriormente originou-se também a divisão do trabalho entre quem executa e quem elabora, entre quem tem a propriedade e quem não a tem.

A contradição entre as classes marca a questão educacional e o papel da escola. Quando a sociedade capitalista tende a generalizar a escola, esta generalização aparece de forma contraditória, porque a sociedade burguesa preconizou a generalização da educação escolar básica. Sobre esta base comum, ela reconstituiu diferença entre as escolas de elite, destinadas predominantemente a formação intelectual, e a escola para as massas, que se limitam à escolaridade básica ou, a medida que tem prosseguimento, fica restritas a determinadas habilitações profissionais (Saviani, 1994, p. 159).

Quanto ao sistema capitalista, Santos (2001) aponta que, para a teoria marxista, este se desenvolve por meio da acumulação de capital, e a reprodução do sistema exige a busca permanente de mais-valia e lucro. O processo de acumulação, concentração e internacionalização do capital conduz a uma crescente polarização e ao aumento dos contrastes sociais: de um lado ficam as populações desamparadas e com condições mínimas de sobrevivência, e do outro, o excesso de luxo supérfluo nas mãos de poucas pessoas.

Mancebo (2002) contribui para a reflexão expondo que estamos mergulhados numa cultura individualista, no interior da qual definimos nossas práticas e concepções, nos socializamos e educamos. Assim podemos compreender que a construção da “subjetividade individualizada” está relacionada aos modos de produção social e as possibilidades que são ofertadas aos indivíduos em cada sociedade e ao longo da história. Com a subjetividade, surgida nos dois séculos passados, tem-se nos dias atuais, como consequência, um homem movido pelo individualismo competitivo, pela individualização exacerbada, submetido ao império de uma microética que o impede de formular e agir em prol de movimentos sociais.

Barroco (2007) complementa afirmando que esse é o homem contemporâneo que frequenta as escolas, ou seja, professores e alunos. Esse é o homem que adoece física e

psicologicamente porque está desprovido de suas características mais humanas e mergulhado em uma sociedade na qual o individualismo engloba todos os âmbitos. Esse homem precisa ser compreendido historicamente em relação ao seu contexto social, onde suas aflições e angústias se originam, já que vive numa sociedade na qual a regra é o imediatismo e a superficialidade.

Quanto mais os homens estiverem imersos e submersos em sua subjetividade individualizada, envoltos em seus interesses puramente particulares, menos terão condições de compreender a totalidade de sua realidade objetiva, condição sine qua non para que os homens compreendam que são sujeitos, e não objetos desta sociedade, e superem a consciência alienada e imobilizadora, através de ações intencionais e planejadas individual e coletivamente. No entanto, nessa lógica da particularidade e da individualidade exacerbada, abrir mão de interesses particulares em prol do coletivo soa como uma heresia. O bem comum é relegado ao último plano na escala de valores, pela supremacia do indivíduo e de seus desejos particulares imediatos (Eidt e Tuleski, 2007, p.228).

A respeito do individualismo na sociedade contemporânea, Barroco (2007) afirma que o comportamento de busca por acumulação de bens não é algo atual. O que aparece como novidade no capitalismo industrial é a especulação excessiva, pois este parte de relações interpessoais nas quais “ter vantagem sempre é a principal regra”, em uma sociedade em que os ganhadores são poucos. Então se desenvolve a ideia de que o homem de sucesso deve aproveitar todas as oportunidades, sendo valorizadas características como competitividade e oportunismo. À medida que as relações são respaldadas pelas regras do mercado os homens passaram a valer o quanto possuem, acirrando-se cada vez mais a luta individual para a acumulação de bens e o individualismo, sendo desprezadas as lutas de classe e os valores prezados pela coletividade.

Considerações finais

Diante do exposto podemos perceber que na sociedade capitalista a educação escolar reorganiza-se constantemente como forma de adaptação ao contexto. Esse movimento tende a promover diferentes formas de ensino, em que se alteram alguns métodos, mas preserva-se o caráter excludente, que promove insucessos. Desta forma, a educação segue adequando-se às demandas que o processo de produção impõe no âmbito das transformações históricas.

Por outro lado, não é possível pensarmos em mudanças na educação sem que a sociedade também passe por transformação; e diante do exposto no texto acima, uma sociedade que prega o individualismo e a competitividade em que nem todos têm as mesmas oportunidades, é necessário não sermos ingênuos a ponto de acreditar que as mudanças aconteçam descontextualizadas, pois nosso momento histórico provoca a desigualdade em todos os setores, principalmente na educação, onde se tornam mais dramáticas as diferenças na aquisição dos conhecimentos.

Para pensarmos em sucesso escolar e desenvolvimento psíquico infantil se faz necessário considerar que os homens não têm acesso aos mesmos instrumentos culturais e que essa discrepância, influi diretamente na formação do psiquismo no tocante às funções psicológicas superiores, e determina a posição ocupada pelos homens na sociedade, a medida que as apropriações não são igualitárias, as desigualdades sociais são agravadas e a educação escolar contribui com tal discrepância a medida em que preserva praticas excludentes e seletivas garantindo que a apropriação do conhecimento e conseqüentemente o desenvolvimento humano não ocorra de forma natural e homogênea, perpetuando assim as desigualdades históricas.

Referências

Barroco, S.M.S.(2007). Psicologia e educação: da inclusão e exclusão ou da exceção e da regra. Em Meira, M.E.M e Facci, M.G.D. (Orgs.), *Psicologia histórico-cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação*. (P. 157-184) São Paulo: Casa do Psicólogo

Duarte, N. (2004). Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. *Cadernos Cedes* vol. 24 nº 62 Campinas abr.

Eidt, N.M. e Tuleski, S.C. (2007a). Discutindo a medicalização brutal em uma sociedade hiperativa. Em Meira, M.E.M e Facci, M.G.D. (Orgs.), *Psicologia histórico-cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação*. (221-248) São Paulo: Casa do Psicólogo.

Frigotto, G. (2001). O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. Em Fazenda, I. (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. (Biblioteca da Educação, Série I, Escola; v.11) (7ª edição, pp. 69-90). São Paulo: Cortez.

Glória, D.M.A. (2002). Direito à Educação Escolar: o discurso da inclusão X prática da exclusão. *Revista: Educar*, UFPR, nº20, p.209-222.

Guareschi, P. A. (2006) Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. Em Sawaia, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*, 6ª edição, pp 141-155.

Kuenzer. A.Z. (2006) A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Educação e sociedade* v27 n96, Campinas.

Mancebo, D. (2002). Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 22 (1),100-111.

Martins, L. M. (2009). A personalidade do professor e a atividade educativa. Em Facci, M.G.D, Tuleski, S.C e Barroco, S.M.S (org). *Escola de Vigotski: contribuições para a psicologia e a educação*. Maringá. Eduem, p.135-150.

Meira, M. E. M. (2007). Psicologia Histórico-Cultural: Fundamentos, pressupostos e articulações com a Psicologia da Educação. Em Meira, M. E. M & Facci, M. G. D. (Orgs.), *Psicologia Histórico-Cultural: Contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação* (pp. 27-62). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Rosler, J. H (2007) Trabalho, educação e psicologia na sociedade contemporânea: a formação do indivíduo no contexto da atual reestruturação produtiva. Em Meira, M. E. M & Facci, M. G. D. (Orgs.), *Psicologia Histórico-Cultural: Contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação* (p.93-116). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Santos, T. S. (2001). Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital. *Sociologias*, 3(6), 170-198, jul/dez. Porto Alegre.

Saviani, D. (1994). O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In C. J. Ferretti, D. M. L. Zibas, F. R. Madeira, & M. L. P. B. Franco (Orgs.), *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar* (pp. 151-68). Petrópolis: Vozes.

Saviani, D. (2005a). *Pedagogia Histórico-Crítica*. 9ª edição. Campinas, SP: Autores Associados.

Saviani, D. (2005b). Educação socialista Pedagogia Histórico-Crítica e os desafios da sociedade de classes. In: Lombardi, J. C. e Saviani, D. *Marxismo e Educação: debates contemporâneos*. Campinas, SP: Autores Associados, p. 223-274

Sawaia, B. (2006) Introdução: Exclusão ou Inclusão perversa? Em Sawaia, B. (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (6ª edição, pp. 7-15). Petrópolis: Editora Vozes.